

Cidades (pós)industriais na Alemanha (pós)unificada: encolhimento e suburbanização

Claudia Tomadoni
Mestre em Gestão Ambiental de Desenvolvimento Urbano pela Universidad Nacional de Córdoba; Doutora em Geografia pela Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Membro do Programa AlBan da União Européia para Pós-doutorado em Urbanismo pelo IfEU, Bauhaus Universität Weimar, Alemanha

César Henriques Matos e Silva
Arquiteto pela Universidade Federal da Bahia; Mestre em Urbanismo pela Universität Kassel, Alemanha; Doutorando em Urbanismo pela UFBA (bolsista CNPq); Doutorando-estagiário em Planejamento Regional pela Bauhaus Universität Weimar, Alemanha (bolsista CAPES)

Resumo

Os processos contemporâneos de transformação que ocorrem em cada território inserem-se em um conjunto de *tendências globais* que servem de contexto à diversidade de *respostas locais* e assinalam um desenvolvimento desigual, combinado e contraditório das relações socioeconômicas capitalistas. A “*glocalização*” revela-se nas cidades (pós)industriais através de processos urbanos diversos, como os processos simultâneos e contraditórios de cidades que se encolhem e ao mesmo tempo se expandem por suburbanização, característicos das cidades do leste da Alemanha (pós)unificada.

Abstract

The contemporary processes of change that occur in each territory are framed in a group of global tendencies which serve as a context to the diversity of local answers and point out an unequal, combined and contradictory development of the socioeconomic capitalist relationships. The “glocalization” is revealed in the (post)industrial cities through diverse urban processes, like the simultaneous and contradictory processes of cities that shrink and at the same time expand through suburbanization, characteristic of the cities of East German (post)unification.

Palavras-chave “*glocalização*”; cidades pós-industriais; encolhimento urbano; suburbanização.

Key words “*glocalization*”; *post-industrial cities*; *urban shrinkage*; *suburbanization*.

claudia.tomadoni@gmail.com

cesar.m@click21.com.br

Introdução

No contexto da chamada *globalização*, assiste-se a uma *nova lógica territorial*. Cada território dá conta desse processo estrutural de maneira específica, de acordo com sua história produtiva e com as práticas e as estratégias dos diferentes agentes sociais envolvidos na gestão das transformações. Nesse marco, os grandes conglomerados econômicos realizam uma deslocalização de capital e de atividades em direção àqueles territórios com melhores vantagens competitivas. O impacto desse processo de deslocalização e localização traz em si importantes conseqüências sociais, econômicas e territoriais.

Revisar cada modalidade de resposta permite-nos interpretar o *processo de reestruturação do sistema capitalista* como uma totalidade interdependente na qual coexistem lógicas territoriais diferentes. O interessante, como assinala Veltz (1999, p. 13), é chegar a compreender como a economia global finca suas raízes, de múltiplas maneiras, nas estruturas territoriais e como o global se nutre do local, transformando-o.

Trata-se, portanto, de um processo de interação mútua no qual devemos reconhecer dois componentes: o global e o local. Por isso se pode falar em “glocal”. Nesses termos, o processo já não é de globalização e sim, de “glocalização” (TOMADONI, 2007, p. 63). Para compreender as tendências gerais do processo de “glocalização” é necessário revisar as respostas construídas por diferentes territórios. Cada território, através de seus agentes sociais, constrói uma lógica de reprodução que se revela em um conjunto de estratégias.

Sociedade e cidades pós-industriais

As mudanças nas modalidades de produção e os seus impactos socioterritoriais permitem-nos observar a ruptura de uma sociedade industrial em direção a uma outra, pós-industrial, no contexto da “glocalização”.

O debate em torno do conceito de “pós” é amplo. Alguns autores com um discurso otimista em fins da década de 1960 assinalavam que a fonte de produtividade e crescimento na sociedade pós-industrial é o conhecimento através do processamento da informação, considerando que a diminuição do trabalho agrícola e industrial, junto com o crescimento do setor de serviços, daria lugar a uma nova estrutura social (BELL, 1973; DRUCKER, 1969; TOFFLER, 1983; TOURAINE, 1969).

Outros autores com um discurso crítico a essas posturas otimistas aludem não a uma sociedade pós-industrial e sim, a uma segunda divisão industrial caracterizada por formas de produção pós-fordistas (PIORE; SABEL, 1990); ou a uma sociedade informacional, argumentando que o que particulariza a sociedade de fins do século XX não é a distinção entre uma economia industrial e outra pós-industrial e sim, entre duas formas de produção industrial, agrícola e de serviços, baseadas no conhecimento (CASTELLS, 1999); ou a uma sociedade em processo de reestruturação, produto de uma cadeia complexa de crise (SOJA, 1993); ou, partindo de uma crítica à passagem da modernidade à pós-modernidade, vinculam a transformação político-econômica do capitalismo tardio a modos mais flexíveis de acumulação de capital e não, ao surgimento de uma sociedade pós-capitalista ou pós-industrial (HARVEY, 2004).

O certo é que nas cidades européias se observam, em meados da primeira década do século XXI, processos que revelam que as atividades industriais ocupam um posto secundário em relação a atividades de pesquisa, inovação e serviços. O setor terciário domina a economia e ocupa um per-

centual majoritário e crescente da população ativa, enquanto que em amplos setores a população não altamente qualificada engrossa as filas de desempregados, gerando o que Castel (2001) denomina “desmonte da sociedade salarial”.

Múltiplos projetos urbanos em áreas desindustrializadas de muitas cidades europeias, outrora berço da Revolução Industrial do século XIX, dão conta desses processos de transformação. Sem sombra de dúvidas, o espaço é um revelador das relações de produção (SANTOS, 2000), as quais, se consideradas no contexto da “glocalização”, devem ser analisadas em escala global, prestando-se especial atenção à interdependência sistêmica própria dessas relações. Assim, em que pese a saída massiva da atividade industrial das áreas centrais – nesse caso, da Europa –, a indústria existe no espaço dos fluxos e, assistida por tecnologias da informação, une, no espaço dos lugares, pontos remotos no mundo para abastecer a demanda dos mercados europeus de bens industriais.

Por isso, referir-se às transformações urbanas em um contexto (pós)industrial não significa afirmar a completa substituição do termo. Ao contrário, o anterior – o industrial – persiste depois de sua reestruturação (pós)definida. Ou seja, continuamos em uma sociedade industrial, mas com sintomas de transformação tão acelerados, variados e contraditórios – daí a grande variedade de denominações para defini-la –, que o termo “pós” é uma muleta para caminhar até que encontremos uma definição precisa aos novos tempos e às novas formas que vão adquirindo as relações de produção.

Reestruturação produtiva de atividades, população e território

Nessa passagem de uma sociedade industrial a uma pós-industrial está implícito um processo de reestruturação produtiva, diferencial segundo cada tipo de país. Aqueles de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo seguem sendo a regra, existindo inclusive uma aprofundamento dessas condições (CAPRA, 2003; MATTOS, 2005; SANTOS, 2005).

O novo cenário revela uma intensificação da interdependência estrutural da economia em escala planetária e dá conta de um espaço mundial de acumulação, no qual o capital se valoriza em um número cada vez maior de atividades e de lugares (MATTOS, 2005). Essa reestruturação supõe, por um lado, concentração do controle, assim como propriedade e apropriação dos benefícios, nas cidades de alguns países que acumulam funções centrais¹; por outro lado, implica dispersão da produção naqueles lugares que oferecem as melhores vantagens competitivas (SASSEN, 2002).

O cenário emergente mostra um conjunto de características que condicionam as decisões e as práticas dos agentes sociais no interior dos territórios: a) incremento da concentração e da mobilidade do capital, ao mesmo tempo em que se produzem uma dispersão e uma alta mobilidade do fator trabalho; b) consolidação das formas flexíveis na produção e da flexibilização nas relações trabalhistas; c) desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e comunicação como eixo de funcionamento do sistema econômico social; d) incremento do valor e da competitividade dos produtos em função da inclusão de informação; e) conglomeração empresarial do capital através de fusões; f) reforço da terceirização como estratégia de produção em todos os níveis; g) generalização da organização em rede de empresas, de organizações sociais e de entidades governamentais; h) conformação de entidades regionais como estratégia de desenvolvimento territorial para dar resposta à competitividade interterritorial; i) aumento generalizado das desigualdades sociais, com incremento do desemprego estrutural; e j) crescimento de movimentos migratórios em busca de

¹ Sassen (2002, p. 8) alude a funções financeiras, legais, contábeis, executivas, de gerência e de planificação e a serviços corporativos complexos. Essas funções de controle e direção estão em parte embebidas em estruturas corporativas nacionais mas também constituem um subsetor corporativo distinto. Essa acumulação dá-se nas chamadas global cities que não estão exclusivamente localizadas nos países pós-industriais mas que são os nós da rede internacional que tem o controle da globalização.

oportunidades e, simultaneamente, crescimento das restrições de circulação.

A consolidação desse conjunto de tendências reconhece diferenças territoriais no marco da conformação do novo espaço mundial de acumulação, posto que as respostas e as ações locais são diversas em relação às tendências globalizantes, e que podem definir-se como “glocalizantes” em função dessa diversidade.

De países industriais a países pós-industriais

Essa situação diferencial impõe fazer uma série de atualizações em torno dos conceitos de países industriais e países em vias de industrialização, com os quais se caracterizavam, desde os anos 60, os países segundo seu grau de desenvolvimento.

Nos anos noventa fortaleceu-se o conceito de países emergentes para referir àqueles que, em vias de desenvolvimento, possuíam boas perspectivas de crescimento em seus mercados de capitais para investimentos. Entre outros mencionavam-se China e Índia, na Ásia, México e alguns países incluídos no Mercosul, como Argentina e Brasil, na América Latina, e República Tcheca e Hungria, na Europa.

Esses mercados emergentes, tal como eram definidos segundo posturas neoliberais, apresentam na atualidade situações que vão desde a industrialização total com taxas de crescimento de 10% ao ano, como no caso da China, até os processos contraditórios de industrialização seleta e limitada e de desindustrialização ampla (TOMADONI, 2007) em um marco de industrialização regressiva (SCHORR, 2000). Este é por exemplo o caso da Argentina no final dos anos 90, que apesar da eventual conjuntura atual de reativação mantém sua estrutura regressiva nos setores econômico e social.

Desse modo, a emergência dessa diversidade de formas territoriais, a partir de práticas industriais flexíveis que beneficiaram claramente o capital transnacional em detrimento das sociedades locais, gera territórios nos quais se produz uma agudização das condições de acumulação originária de capital, enquanto se generaliza a alienação dos meios de produção. Prova disso são o aumento do desemprego e os grandes fluxos migratórios. Ainda que pudessem ser hoje chamados de “industriais”, muitos desses países caracterizam-se, no entanto, por baixos custos de produção e de mão-de-obra e por desregulação em questões socioambientais, o que os distancia dos até agora chamados países industriais, como Suécia, Alemanha etc.

Esses novos países industriais evidenciam processos de crescimento sem desenvolvimento, o que implica concentração de capital sem redistribuição de benefícios ao conjunto do tecido social. São países que aplicam o *dumping territorial* como estratégia de competitividade. Quer dizer, vendem seus fatores de produção abaixo dos valores de custos, com o objetivo de atrair maior número de investimentos. Investimentos estes que, na maioria dos casos, são depredadores do local e migram quando as condições não lhes são mais favoráveis. Desse modo poder-se-ia dizer que esses países emergentes dos anos 90 afundaram paulatinamente suas sociedades na pobreza e na flexibilização trabalhista.

Por outro lado, os antigamente chamados países industrializados deveriam denominar-se hoje países pós-industriais, já que suas atividades produtivas mais destacadas são as do setor de serviços baseados no conhecimento. Esses países, amparados ainda no Estado de bem-estar, possuem seguridade social e regulação ambiental para proteger seu desenvolvimento socioeconômico. Enquanto mantiverem essa contenção, poderão garantir a continuidade de seu bem-estar, que por certo é funcional à nova divisão internacional do trabalho, na qual continuam sendo os principais beneficiários.

No entanto, há uma contradição na argumentação que se acaba de apresentar. No atual momento

de desenvolvimento das forças econômicas do capitalismo global, a noção de país permanece restrita e não permite explicar a complexa trama de relações. Por quê? Basicamente porque as relações de produção operam de tal modo, que se estão produzindo territórios que excedem os limites nacionais de um país. Observam-se formas e conteúdos (SANTOS, 2000) territoriais e não-territoriais que manifestam características pós-industriais tanto nos países que poderiam chamar-se novos países industriais como naqueles pós-industriais.

Assim, a proposta é assumir uma posição crítica ante a noção de países caracterizados por atividades industriais ou pós-industriais e buscar no espaço o fio interpretativo do social. A abordagem a partir de uma dimensão espacial poderia facilitar a construção de uma definição mais clara e precisa em torno do conceito, posto que, tal como assinala Castells (1999, p. 232, tradução nossa), “a distinção apropriada não se estabelece entre uma economia industrial e outra pós-industrial mas entre duas formas de produção industrial, agrícola e de serviços baseados no conhecimento”, as quais se revelam no espaço emergente que chamamos sociedade pós-industrial. Essa não é uma moeda de duas caras mas um cubo mágico composto por múltiplas faces que formam um todo sumamente complexo.

As cidades como espaços reveladores dessas formas produtivas são excelentes observatórios de análises. Nas cidades européias continua existindo indústria como outrora, só que com formas de acordo com o paradigma flexível de produção que supõe dois princípios básicos: fragmentação e deslocalização produtiva com a assistência insubstituível das tecnologias de informação e comunicação que vinculam controle e produção à distância. E é nesse contexto, em que se unem pontos distantes em diferentes países, que se assiste a um incremento exponencial de atividades de serviços, pesquisa e inovação vinculadas, em uma grande parte, a essas atividades produtivas que respondem a uma nova lógica de localização pós-industrial.

Essa nova lógica pós-industrial baseia-se tanto na concentração do controle como na dispersão da produção e caracteriza-se pela velocidade de ação e reação e pela disposição à mobilidade. A distância como obstáculo relativiza-se a extremos incríveis, e a noção de proximidade apodera-se de qualquer projeto. Através das tecnologias da informação e da comunicação se pode unir verticalmente tudo o que se fragmenta de maneira horizontal. E tudo em segundos. As noções de localização e deslocalização tornam-se peças de museus. Não importa onde se está, mas o que se faz e o quão eficiente e eficaz se é ao fazê-lo.

Essa lógica impregna grande parte das atividades produtivas e não-produtivas, orientando as práticas e as formas de ação dos agentes sociais. Assim, os diferentes agentes sociais definem estratégias que vão reconfigurando o espaço urbano pelo múltiplo cruzamento de territorialidades (TOMADONI, 2007, p. 60) que eles realizam ao apropriar-se do espaço. Digamos que existem tantas estratégias quanto variada é a constelação de agentes urbanos que agem sobre a cidade. O poder que cada um deles possui no jogo de apropriação do espaço urbano, junto às políticas-marco que possibilitam ou não a realização de ações, é o que caracteriza o tipo de desenvolvimento urbano de uma cidade.

Em conseqüência, a cidade não se constrói a si mesma. São as estratégias de seus agentes que a configuram no marco de políticas, que não são mais que um conjunto de decisões em um determinado sentido. Essas decisões podem ou não ser consensuais socialmente, o que lhes outorga maior ou menor legitimidade; mas, em todo caso, o que nos interessa assinalar aqui é que em sua implementação territorial elas revelam a lógica que as precedem, por exemplo uma lógica pós-industrial.

Alemanha pós-unificação: as cidades do leste no contexto da “glocalização”

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha era um país totalmente destruído, ocupado e dividido pelas tropas dos Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética. A metade oeste ficou nas mãos dos três primeiros e a metade leste nas mãos soviéticas. Essas duas partes reconstruíram-se a partir de dois modelos políticos e econômicos diferentes: o capitalista e o socialista, surgindo respectivamente a República Federal Alemã (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA), esta mais conhecida como Alemanha Oriental.

Durante toda a chamada Guerra Fria uma das materializações mais simbólicas dessa divisão foi o muro de Berlim. A cidade de Berlim era uma ilha no coração do território da Alemanha Oriental e converteu-se no epicentro da divisão da Alemanha através de um muro que dividia a cidade em duas partes: a ocidental e a oriental. Essas partes simbolizavam, em escala local, o enfrentamento existente entre dois sistemas políticos que disputavam o controle da hegemonia mundial.

Esse cenário, que serviu para muitos filmes de espionagem, também revelava duas formas diferentes de construir o espaço urbano, as quais se reproduziram nas cidades de um lado e outro da Alemanha: pode-se falar de um modelo de cidade capitalista e outro de cidade socialista. E, no entanto, em ambos os casos as heranças de tempos anteriores permaneceram marcadas na preservação de objetos urbanos diversos: edifícios residenciais, monumentos e parques, para mencionar alguns.

A partir do desmoronamento do bloco soviético, de 1989 em diante produziu-se a unificação das duas Alemanhas, e ali começou um processo de convergência socioeconômica e política que já dura quase duas décadas. Essa convergência ainda não alcançou a totalidade de seus objetivos, apesar dos fortes investimentos públicos e privados realizados no leste. Com a unificação, a economia de mercado disseminou novas formas de fazer cidade no leste, e de alguma maneira seus habitantes sentiram um tipo de “colonização” por parte do oeste. Verificou-se um choque de mentalidades e de formas de encarar problemas e soluções, mas as contradições entre o capitalista e o socialista foram se resolvendo paulatinamente nos templos de consumo² e diante do sentimento compartilhado de “ser alemães” sob o mesmo sol. Isso levou a uma transição tranquila para uma Alemanha unificada.

Esse processo de reestruturação socioeconômica próprio da Alemanha deu-se concomitantemente a dois processos relacionados entre si: um econômico, com mudança a partir de um paradigma produtivo capitalista flexível, que na Alemanha Ocidental já era uma realidade há alguns anos; e outro político, de europeização através da consolidação de um processo regional que desembocou na conformação da União Européia. A adaptação da sociedade e das cidades a essa soma de processos tornou-se sumamente complexa. As cidades do leste passaram a fazer parte de um país estruturado segundo premissas capitalistas, premissas essas que por sua vez estavam em pleno processo de mudança e simultaneamente eram parte de um bloco macrorregional em escala global.

Atualmente, no marco da “glocalização” da economia mundial, a Alemanha pode se definir em seu conjunto como uma sociedade pós-industrial, na qual, e apesar da unificação, ainda se diferenciam claramente o leste e o oeste. A simples observação das paisagens urbanas indica essas diferenças.

As cidades do leste como parte da sociedade pós-industrial encontram-se imersas em um processo de (des)“economização” que inclui uma série de processos concatenados: (des)industrialização por perda de atividades, (des)localização de capital, (des)emprego, (des)povoamento por migração no sentido leste-oeste e por queda de taxa de natalidade, ao que se soma o envelhecimento, e (des)urbanização com a diminuição das cidades. Em seu conjunto, o processo é designado, em

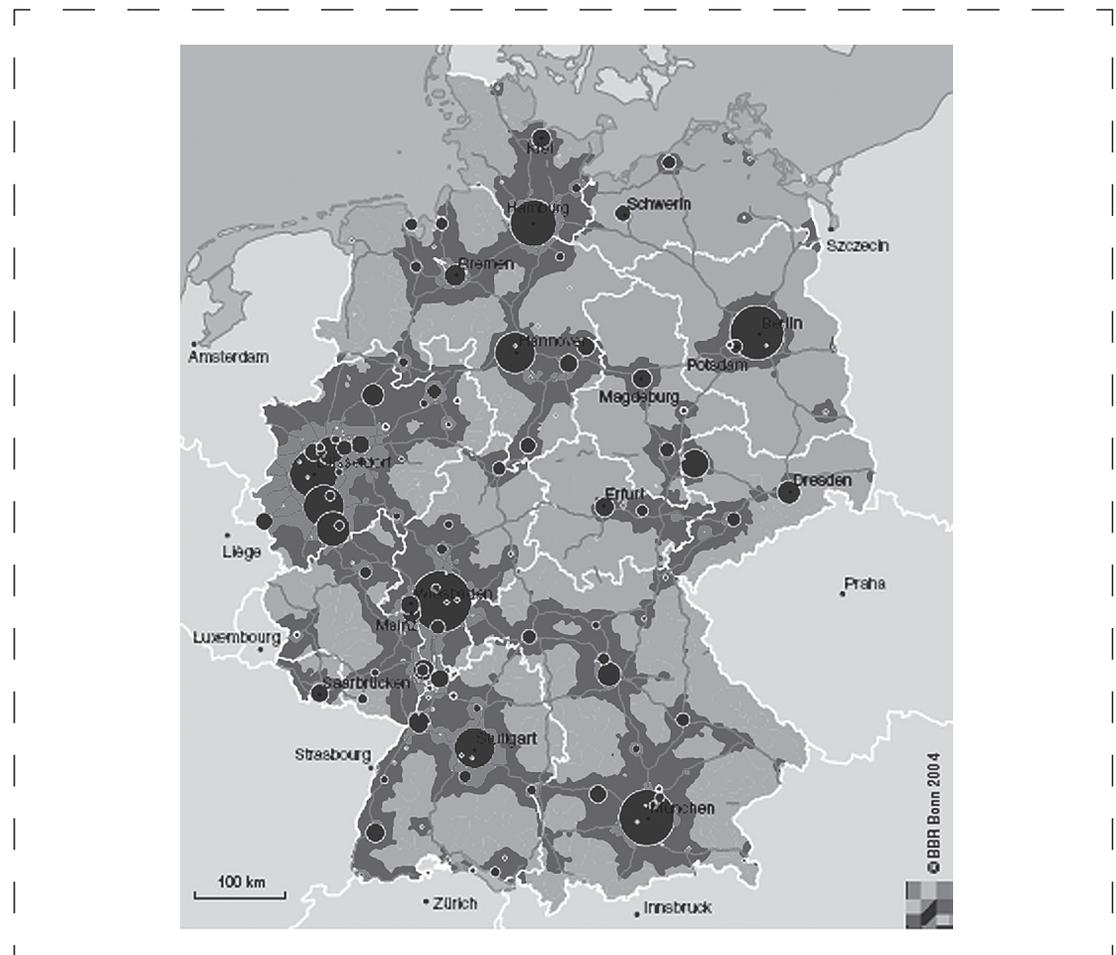
² Idéia expressada pela Profa. Dra. Angelika Hennecke (Fachhochschule Köln) em entrevista concedida à autora Claudia Tomadoni no ano de 2003.

inglês, pelo termo *shrinkage* e, em alemão, por *Schrumpfung*.

A Alemanha, no seu lado oriental, está dividida em seis Estados: Mecklenburgo-Pomerânia Ocidental, Brandenburgo, Berlim, Saxônia-Anhalt, Turingia e Saxônia. Um interessante caso de estudo para ver as transformações pós-unificação é constituído pelo corredor urbano-industrial de cidades localizadas entre a cidade de Eisenach, no extremo ocidental do Estado da Turingia, e a cidade de Görlitz, no extremo oriental da Saxônia. Junto a essas cidades compõem o corredor outras cidades, como Gotha, Arnstadt, Ilmenau, Erfurt, Weimar, Jena, Gera, Plauen, Glauchau, Zwickau, Meißen, Dresden, Chemnitz e Leipzig, sendo as três últimas as mais importantes em termos de volume de produção e diversidade (FIG. 1).

Todas essas cidades já tinham localizações industriais desde épocas anteriores à RDA. As ativi-

FIGURA 1 Corredor urbano-industrial do leste alemão



Fonte: BBR, 2005.

dades industriais que se podem identificar no corredor vão desde a metalúrgica, eletrônica, química, têxtil, de vidro e porcelana, ótica e mecânica, até a alimentícia. Durante a vigência da RDA, essas atividades desenvolveram-se a partir de um modelo de industrialização socialista e sob condições de pleno emprego, reconfigurando cidades que cresceram e desenvolveram-se em um perfil urbano-industrial socialista.

Com a unificação, esses perfis urbano-industriais tão definidos começaram a desvanecer-se. Nos anos 1990, a obsoleta tecnologia dos estabelecimentos industriais e o abastecimento com produtos vindos de empresas do oeste da Alemanha resultaram no fechamento paulatino daqueles, os quais hoje, convertidos em esqueletos, se revelam como ruínas industriais dentro dos tecidos urbanos. Outras indústrias, aquelas que por rentabilidade e qualidade de produção puderam se reestruturar, são na atualidade casos exitosos de reativação industrial. Um exemplo paradigmático por seu funcionamento como *cluster* é a indústria ótica, que através da empresa Jena Optik gerou uma área de desenvolvimento industrial para a cidade de Jena.

Em conseqüência se produziu uma reestruturação de atividades econômicas, de população e do território onde se desenvolveram essas atividades e habitam essas pessoas. A desindustrialização e a deslocalização de atividades produtivas revelaram-se nos diversos espaços urbanos diferencialmente e de acordo com o modo pelo qual as cidades, através de seus agentes sociais, foram redefinindo seus perfis e desenhando estratégias para entrar na lógica da competitividade interurbana que impregnava as novas formas de desenvolvimento urbano pós-industrial na Europa.

Encolhimento e suburbanização

The truth is we are dying. It's a curious thing, a town dying. A person dying I can understand. But a whole town dying... [...] What will happen if the town dies? [...] What will happen? Nobody knows. They're just run away before that.³ (MURAKAMI⁴, 2003 *apud* OSWALT, 2005).

Na região de Leipzig/Halle podemos observar como a desindustrialização e a entrada no regime de economia de mercado se sobrepuseram, produzindo um processo específico de encolhimento urbano. O processo de desindustrialização na Alemanha do leste foi resultado de uma decidida política de privatização das atividades produtivas para tornar as indústrias competitivas no mercado. Do ponto de vista sociopolítico, os impactos dessa redução das plantas industriais foram amortecidos por transferências de recursos federais do oeste. Ao se integrar à República Federal da Alemanha, o território do leste tornou-se uma região industrial periférica, cada vez mais dependente de transferência de recursos. A “modernização atrasada” transformou-se em desindustrialização (PRIGGE, 2005, p. 46).

A situação apresenta-se ainda hoje dramática no leste: 1,3 milhão de moradias estão vazias, e a previsão é de que esse número deverá subir para dois milhões em 2030. Com um índice de desemprego que gira em torno dos 20%, a taxa de emigração é alta: desde 1991 mais de um milhão de pessoas abandonaram o leste alemão. No Estado da Saxônia a população diminuiu em 600 mil habitantes nos últimos 15 anos. Em suas principais cidades, Leipzig e Dresden, a redução foi de mais de 10%, enquanto cidades menores, como Hoyerswerda, já perderam quase metade da população. A projeção de dados aponta para a perda de cinco milhões de habitantes no leste alemão até 2050 (OSWALT, 2005).

Os bilhões de euros em investimento não cumpriram a promessa do desenvolvimento do leste. Depois

³ “A verdade é que nós estamos morrendo. É algo curioso, uma cidade morrendo. Eu posso entender uma pessoa morrendo, mas uma cidade inteira... [...] O que vai acontecer se a cidade morrer? [...] O que vai acontecer? Ninguém sabe. Todo mundo já terá ido embora antes de isso acontecer” (tradução nossa).

⁴ MURAKAMI, Haruki. *A wild sheep chase*. London: [s.n.], 2003.

de uma fase inicial de encolhimento urbano generalizado, algumas cidades estabilizaram-se, como Leipzig, Jena e Weimar. Outras cidades e regiões marcadas pela monofuncionalidade industrial, como Bitterfeld-Wolfen, Hoyerswerda ou a região na fronteira com a Polônia, entraram em decadência contínua.

Observa-se também uma crescente polarização entre cidades e regiões que concorrem entre si com desiguais níveis de desenvolvimento: de um lado, temos pólos de crescimento; de outro, regiões que se comportam como periferias, excluídas das redes econômicas internacionais. Assim, enquanto bairros isolados, cidades ou mesmo regiões urbanas inteiras sofrem com o encolhimento, pode ocorrer crescimento mesmo nas proximidades dessas áreas que encolhem. Em diferentes escalas aumentam as contradições sociais e espaciais. A comparação entre pólos extremos é um bom exemplo (TAB. 1).

TABELA 1 Polarização entre os estados Sachsen-Anhalt (leste) e Baden-Württemberg (oeste)

Índices econômicos e demográficos	Sachsen-Anhalt	Baden-Württemberg
Migração (1990-2002)	- 150.390 habitantes	+ 846.057 habitantes
Taxa de desemprego (de 1995 a 2003)	De 15% a 23%	De 7% a 6%
Valor médio dos terrenos com infra-estrutura para edificação (2002)	35 €/m ²	155 €/m ²
Renda média mensal de funcionários públicos (2003)	€ 2467,00	€ 3483,00

Fonte: Dados colhidos da exposição *Schrumpfende Städte/Shrinking cities*, Halle, 2005-2006. Ver OSWALT (2005).

Em paralelo a esse processo de encolhimento, paradoxalmente as cidades também crescem fisicamente, mas através da dispersão da mancha urbana em forma de uma rápida suburbanização. Para Prigge (2005, p. 49, tradução nossa), as cidades do leste alemão “encolhem e crescem ao mesmo tempo”. O autor observa que as estruturas urbanas produzidas em um contexto socialista de industrialização e urbanização podem ser caracterizadas como uma “urbanização sem cidade”, pois havia uma preferência política pela construção de novos bairros e cidades em detrimento das estruturas urbanas antigas. Assim, quem visitava as cidades do leste após a reunificação encontrava um número considerável de espaços centrais abandonados. É nesse contexto que a suburbanização se instala nos primeiros anos após a reunificação.

Com a entrada de um sistema de economia de mercado e de concorrência entre cidades, há inicialmente uma preocupação grande com o centro das cidades de modo generalizado. Porém, o fato é que as políticas urbanas, visando ao turismo, se preocuparam prioritariamente apenas com aqueles núcleos urbanos de interesse histórico, intensificando ainda mais a polarização da cidade: por um lado, espaços urbanos centrais são reurbanizados e fragmentos históricos são preservados e preparados para turismo, comércio, lazer e cultura, mas de forma voltada para o espetáculo e o consumo, para novos empreendedores integrados à economia global; por outro, aumento do desemprego e diminuição do padrão de vida da classe média urbana. Especialmente a periferia sofre com a saída de boa parte da sua população que migra para o oeste, havendo nos primeiros anos muito pouca intervenção para melhoramentos dos seus *Platten*, os conjuntos habitacionais das décadas de 1960 e 1970, em parte agora abandonados e vazios. A demolição desses edifícios, como vem sendo praticada em muitas cidades, configura-se mesmo numa forma de ajuda estatal ao mercado imobiliário.

É essa forte polarização que explica a suburbanização de cidades como Leipzig, como veremos

a seguir. Prigge (2005, p. 49) identifica aí uma tendência geral para um tipo de desenvolvimento urbano, que ele denomina pós-urbano (*posturbane Stadtentwicklung*), das regiões em processo de encolhimento, que podemos resumir como uma desistência da cidade compacta concomitante a uma dispersão espacial nas regiões suburbanas. Atestado disso são os *shopping centers* e os bairros de casas unifamiliares no subúrbio. “O que resta então da ‘urbanidade ocidental’ e da ‘cidade européia?’”, pergunta o sociólogo (*Ibidem*, p. 49, tradução nossa). Em todo caso, outra vez o prefixo “pós” ajuda a definir a nova situação em que se encontra um conjunto de cidades nas quais o “urbano” como modo de vida e materialidade continua existindo, mas em uma versão modificada.

Os primeiros indícios da suburbanização podem ser identificados na antiga Alemanha Ocidental já nos anos 1960, enquanto no lado leste, apenas após a reunificação do país⁵. O fenômeno é caracterizado pela migração suburbana da moradia e do trabalho, movimento no qual famílias buscam tranquilidade e proximidade com a natureza, enquanto empresas procuram se beneficiar do baixo custo do solo e da boa acessibilidade às auto-estradas, ainda que se mantendo próximas do mercado consumidor e da mão-de-obra.

Assim, suburbanização significa a existência de diversos empreendimentos residenciais de baixa densidade, centros comerciais e sedes de empresas que se instalam fora das cidades, e no contexto alemão essa dispersão no espaço regional faz-se possível devido às melhores condições de mobilidade através do transporte individual motorizado. Além disso, existe uma política federal de redução de impostos nos custos de transporte por automóvel em relação à quantidade de quilômetros entre o lugar de residência e o de trabalho. Isso favoreceu para que alguns habitantes se decidissem por viver fora da cidade.

Espaço suburbano é definido como aquela região localizada fora dos limites da cidade central mas que, devido às boas ligações de transporte, possui com esta relações espaciais e sociais intensas. Esse espaço suburbano compõe junto com a cidade central uma *região urbana*. Segundo dados de 2002, na maior parte dessas regiões urbanas da Alemanha já vivem mais pessoas nos subúrbios (cerca de 60%) do que na cidade central (BBR, 2005, p. 193).

O que temos, dessa forma, é um novo tipo de paisagem urbana. Essa urbanização do espaço rural, onde se misturam os espaços verdes da natureza com as aglomerações urbanas, faz esses subúrbios se assemelharem a paisagens híbridas urbanizadas, como um tecido composto por áreas agrícolas, distritos industriais, grandes *shopping centers*, bosques, estradas e ferrovias e áreas residenciais com casas unifamiliares ou blocos verticais de apartamentos. No lugar de uma periferia urbana com caráter rural surge uma espécie de arquipélago urbano (*Siedlungsarchipel*), cujas ilhas se interconectam em rede através de linhas de infra-estrutura. Cidade central e espaço suburbano não existem isolados um do outro, mas constituem uma rede de relações espaciais e funcionais (BBR, 2005, p. 194). Esse tipo de paisagem híbrida pode ser definida como *Zwischenstadt*⁶, resultante de um processo de *urban sprawl*.

O caso de Leipzig

Nos anos 1990, a desindustrialização da economia sobreposta à reunificação política afeta de forma mais intensa o território da antiga Alemanha Oriental e provoca uma intensa terceirização da economia. Em meados da década ocorre o *boom* da instalação de empreendimentos de comércio e serviços nos subúrbios das cidades. Aqui vamos observar mais detalhadamente a cidade de Leipzig (FIG. 2), onde essa suburbanização terciária acontece já no início da década (FRANZ, 2002, p. 128-129), tendo sido revertida anos mais tarde com a recuperação econômica da cidade e de suas áreas centrais.

Como se encontrava Leipzig em 1989/1990, quando da reunificação da Alemanha? Ali se iniciara

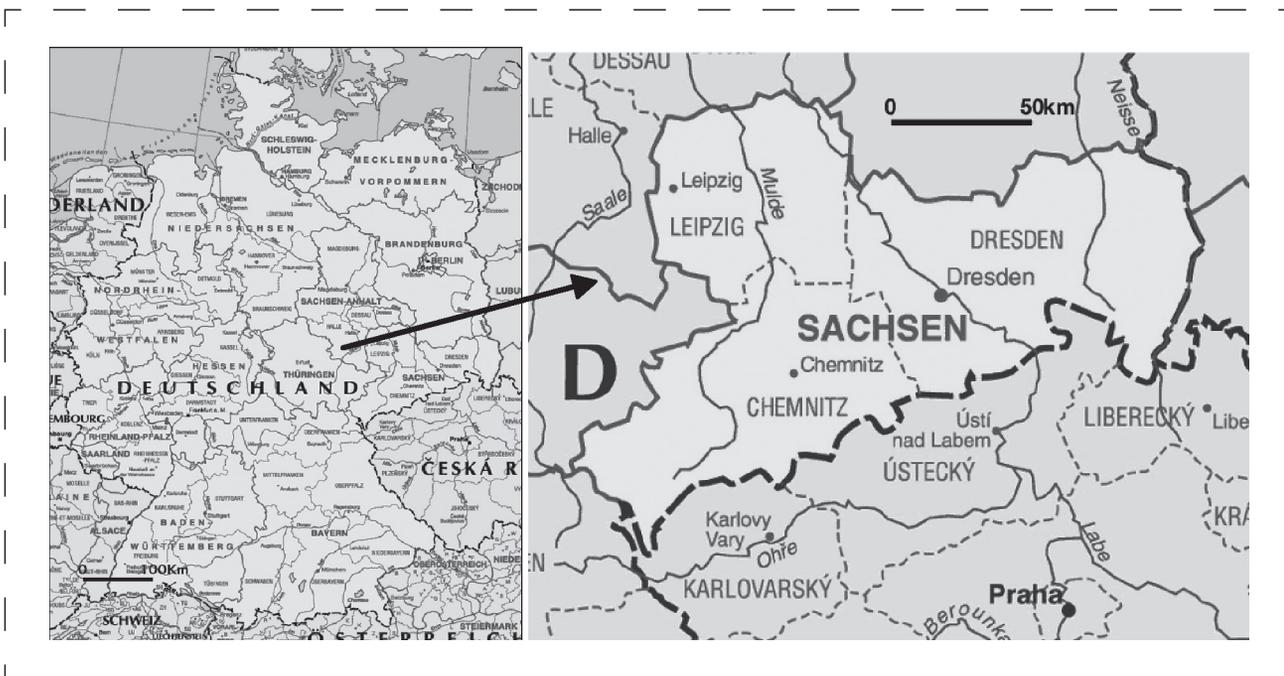
⁵ Importante ressaltar que sempre será necessário distinguir os dois lados da Alemanha também ao se referir à suburbanização, em função desses dois tempos diferentes.

⁶ Termo cunhado por Thomas Sieverts em livro publicado em 1997 (SIEVERTS, 2005), que pode ser traduzido livremente como “entre-cidade”.

o movimento popular de crítica ao regime político da antiga RDA que culminou com a “queda do muro de Berlim”, em 9 de novembro de 1989. Mas nos anos seguintes uma grave crise econômica e social abateu-se sobre a cidade e sua região, que chega em 1990 como um dos mais claros exemplos da situação precária em que se encontravam as demais cidades da antiga República Democrática da Alemanha: edifícios residenciais em estado de degradação, fábricas, escolas e hospitais em condições precárias, infra-estrutura urbana insuficiente e taxas preocupantes de poluição atmosférica, da água e do solo. Após ter sido o centro das atenções com as passeatas no outono de 1989, dessa vez a cidade aparece novamente na mídia através da pergunta: “Leipzig ainda pode ser salva?” (DOEHLER; RINK, 1996, p. 263, tradução nossa).

Uma das principais cidades da antiga RDA, com uma população de 511.079 habitantes em 1990,

FIGURA 2 Localização de Leipzig na Alemanha



Fonte: Elaboração dos autores a partir de <http://europa.eu/abc/maps/regions/germany/sachsen_es.htm>.

após a reunificação Leipzig passou a compartilhar com as demais cidades do leste o fenômeno da redução de população, o chamado encolhimento urbano. Em 1992 a população da cidade já estava reduzida para 496.647 habitantes⁷. Leipzig era o maior centro industrial depois de Berlim, com base na indústria mecânica pesada, na eletroeletrônica e na indústria química. Até o início da década de 90, uma boa parte da atividade industrial era derivada da extração de carvão, que também era utilizada para o fornecimento de energia – eletricidade e aquecimento –, o que resultou em grandes

⁷Dados oficiais da Prefeitura de Leipzig, em seu Plano de Uso do Solo (Flächennutzungsplan), de 1994; ver Doehler e Rink (1996, p. 265).

problemas ambientais na cidade, como a poluição atmosférica.

O novo contexto econômico e geopolítico leva a cidade a ter de passar por um processo intenso de desindustrialização a partir de um parque industrial obsoleto, com abandono de grandes áreas industriais e demissão de trabalhadores, o que provoca uma grave crise econômica. Para se ter uma idéia do alto percentual da população economicamente ativa alocada nas atividades industriais em cidades do leste em finais dos anos 1980, basta dizer que as cidades de Leipzig e Magdeburg tinham 45,6% e 50,4%, respectivamente, de trabalhadores na indústria, enquanto, no oeste, Stuttgart (34,6%) e Colônia (28,5%) apresentavam índices bem menores (USBECK, 1991, p. 79)⁸. Isso dá-nos uma noção da dimensão da crise econômica e social que surge quando uma boa parte dessa produção é desativada.

Ao mesmo tempo, a estrutura de planejamento urbano municipal encontrava-se totalmente desaparelhada para lidar com as novas demandas, numa sociedade que tinha agora de enfrentar novos atores urbanos e novas regras na produção da cidade: “mercado no lugar de planejamento centralizado, propriedade privada no lugar de ‘propriedade coletiva’, democracia no lugar de ditadura” (HÄUSSERMANN, 1996, p. 5). Fazia-se necessário aprender a lidar com interesses diferentes e conflitantes e com contradições e a fazer compromissos. No caso de Leipzig, o início da década de 1990 foi um período de descontrole e mau planejamento (DALTRUP, 1999). O quadro desolador também era perceptível na estrutura urbana material, com edifícios em estado de degradação física e infra-estrutura urbana insuficiente. Segundo Dohler-Behzadi (2004, p. 6), ainda em meados da década havia aproximadamente 800.000 m² de área industrial e comercial ociosa e cerca de 60.000 unidades residenciais desocupadas.

Apesar de tudo isso, a cidade viu-se também diante de muitos investimentos imobiliários privados. Uma grande euforia inicial tomou conta da região nos primeiros anos, e havia um grande interesse em investir na cidade por parte dos empreendedores vindos do lado oeste. Leipzig foi tida como a “pequena Manhattan do leste”, segundo um jornal local⁹ em 1991, e a expectativa era de que o seu desenvolvimento seria um dos mais importantes dentre as cidades da antiga RDA (DOEHLER; RINK, 1996, p. 264). Entretanto, para que esses grandes empreendimentos tivessem êxito, afirmam os autores, a reestruturação da cidade naqueles primeiros anos esteve fundada, basicamente, apenas na melhoria da paisagem urbana, na preservação de monumentos pontuais do patrimônio histórico, assim como na reutilização de alguns antigos complexos industriais mais atraentes, deixando em segundo plano a recuperação urbana de bairros residenciais considerados menos atrativos.

É nesse quadro constituído por diversos problemas de infra-estrutura urbana, concomitante ao grande interesse do capital imobiliário, que a suburbanização terciária se instalou. Novos empreendimentos comerciais de grande porte, como *shopping centers* e grandes supermercados, foram implantados rapidamente na periferia da cidade. Entre outros, é inaugurado em 1991 o Saalepark, entre as cidades de Leipzig e Halle, como o maior centro de compras da Alemanha naquele momento, em termos de área locável, com 130.000 m². Dentro da área urbana, mas em localização periférica, é construído em 1994 o *shopping center* Plaunsdorf-Center, com 70.000 m² de área locável. Em comparação, o centro da cidade apresentava, até então, 80.000 m² de área locável (DALDRUP, 1999, p. 7).

Dessa forma observamos que é o setor terciário, especialmente o comércio, que passa a atuar com mais força na dinâmica econômica das relações urbanas. Apesar de historicamente o centro da cidade ser a localização privilegiada para o comércio, o planejamento urbano local das cidades do leste não estava preparado para essas novas demandas, já que as atividades comerciais eram pouco

⁸ A partir de dados oficiais da RDA para 1989 e da RFA para 1987.

⁹ LEIPZIGER VOLKSZEITUNG, Leipzig, 28-29 Sept. 1991, apud Doehler e Rink (1996, p. 263).

contempladas nos planos de desenvolvimento do período socialista até então vigentes.

Em uma publicação ainda de meados dos anos 1990, Friedrichs (1995, p. 137-138) analisa a primeira fase pós-reunificação e destaca as dificuldades financeiras das municipalidades, recém-reestruturadas administrativamente, como um dos principais fatores que, até então, se opunham a um “ressurgimento” do centro das cidades do leste. Isso porque a carência de recursos próprios fez com que as prefeituras passassem a depender de investimentos privados para a recuperação e a modernização das áreas centrais, mesmo com a ajuda financeira do governo federal para o desenvolvimento dos novos estados do leste, como o programa federal *Aufschwung Ost*. O capital privado, no entanto, direcionava seus investimentos isoladamente apenas para as edificações históricas mais atrativas do centro, ao mesmo tempo em que o planejamento urbano municipal ainda não conseguia desenvolver diretrizes de uso e ocupação do solo mais abrangentes para essas áreas. Assim temos um processo de desenvolvimento urbano pouco controlado pelo poder público.

Três causas são apontadas pelo autor para que esses empreendimentos comerciais se instalassem no subúrbio das cidades do leste: a fraca atratividade do centro, com as deficiências estruturais das edificações mais antigas; os problemas jurídicos ainda pendentes referentes à propriedade dos imóveis que haviam sido estatizados no período socialista, bloqueando o investimento privado em terrenos ou edificações centrais; e, por fim, a existência de grandes áreas disponíveis nas regiões suburbanas que, do ponto de vista fundiário, tinham uma situação de posse bastante clara, sendo mais fáceis de serem edificadas e a um custo econômico muito mais baixo (FRIEDRICHS, 1995, p. 137). Para o consumidor, esses *shopping malls* aparecem nessa primeira metade da década de 1990 como uma alternativa em relação à deficiente oferta de comércio e serviços no centro da cidade.

O problema é que não existiam ainda planos de desenvolvimento regional que pudessem dar conta dessa situação. De fato, durante a primeira metade da década, a implantação desses grandes empreendimentos comerciais nas áreas suburbanas na região Leipzig-Halle foi descontrolada, provocando uma dispersão urbana que afetou tanto o sistema urbano-regional como o próprio centro das duas cidades.

É nesse contexto que o poder público municipal, passando a tomar para si as rédeas do processo de desenvolvimento urbano (por contar com técnicos especializados vindos do oeste alemão e com financiamentos públicos federais), dá início, na segunda metade da década de 90, a grandes projetos públicos de infra-estrutura para toda a cidade. Eles marcam uma retomada das áreas centrais de Leipzig como espaço econômico e urbano, reduzindo sensivelmente o processo de suburbanização e buscando respostas ao encolhimento. Destacam-se o novo complexo da Feira de Exposições (*Messe*) ao norte da cidade (concluído em 1996) concomitante ao desenvolvimento de propostas de reciclagem de suas antigas instalações centrais para novos usos, a implantação do distrito industrial Nord-Ost, a ampliação do aeroporto Leipzig-Halle (2000), assim como a construção de um novo ramal ferroviário para o trem de alta velocidade ICE (*InterCityExpress*), conectando a região aos grandes centros urbanos do país. No centro da cidade destacam-se a reforma e a modernização da *Hauptbahnhof* (estação central de trens), transformando-a também em um grande centro comercial (*Promenade*, inaugurado em 1997; FIG. 3), e a construção de um túnel ferroviário por dentro do centro da cidade (*City-Tunnel*), empreendimento público orçado em 500 milhões de euros, com conclusão prevista para 2009 (FIG. 4). Outros grandes projetos

de capital privado receberam incentivos fiscais para se instalarem na área urbana, como o novo centro de formação profissional da Telekom (empresa privatizada de telefonia). Já mais tardiamente, em 2003, um desses grandes projetos foi a candidatura, embora fracassada, de Leipzig para sede das Olimpíadas de 2012.

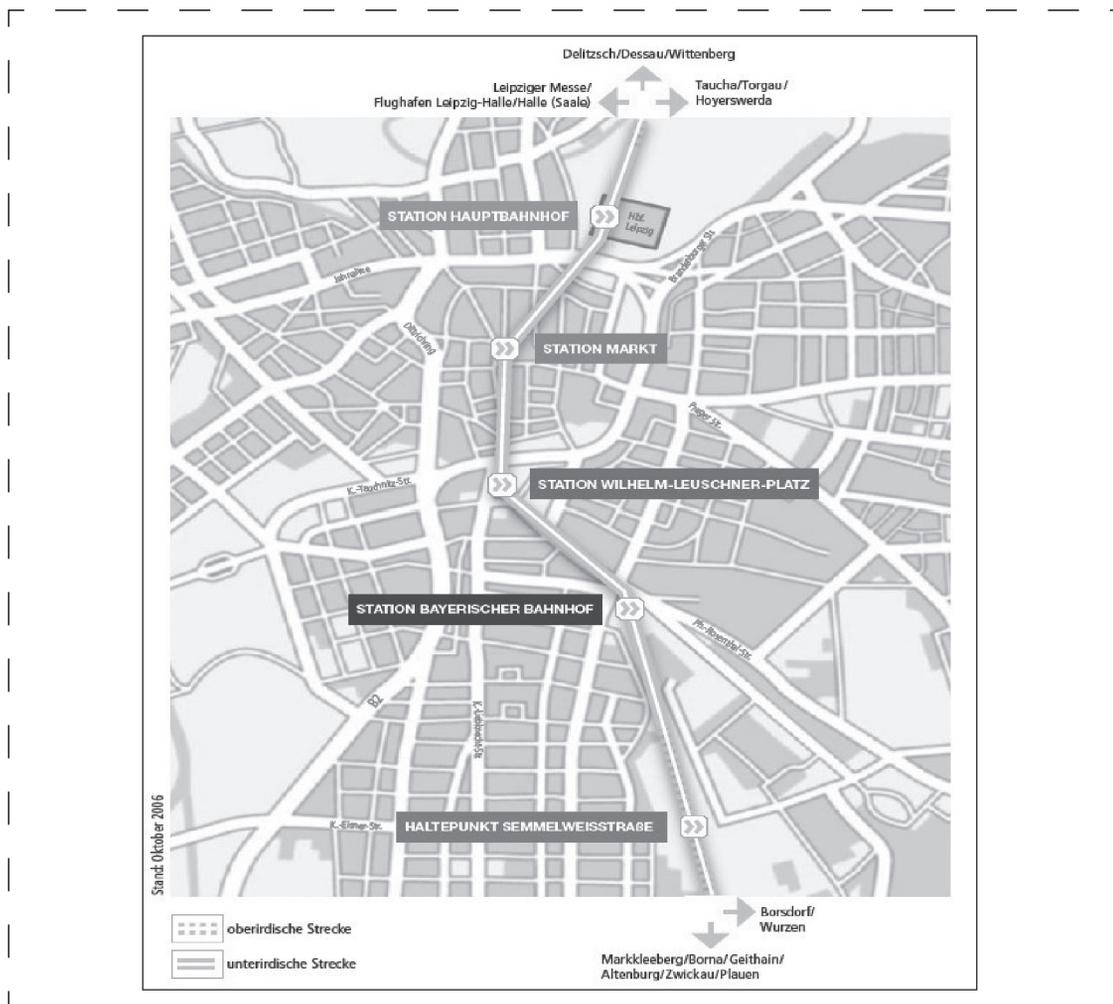
Reflexões finais

FIGURA 3 *Hauptbahnhof com shopping center Promenade*



Fonte: Acervo dos autores; foto de César Henriques Matos e Silva.

FIGURA 4 *City-Tunnel* no centro de Leipzig, incluindo a estação *Hauptbahnhof* (em verde)



Fonte: Foto de divulgação do empreendimento, acessível em <http://www.citytunnelleipzig.de/img/123180042_1163452115.jpg>.

No início do século 21, uma nova lógica territorial, produto da globalização da economia, gerou nas cidades impactos socioeconômicos espaciais de diferentes tipos. Cada território revela maneiras específicas, segundo sua história, sua cultura e suas práticas sociais, de reação local. Essa conjunção de imposições globais e respostas locais dá lugar, como vimos, a uma “glocalização”.

No caso da Alemanha, esse processo dá-se concomitantemente aos processos de europeização e de unificação do país. As cidades do leste alemão ingressam, a partir dos anos 90, em uma lógica de produção urbana capitalista na qual se desenvolveu um urbanismo de mercado. Apesar da tradição planificadora alemã, as municipalidades tiveram de enfrentar, de forma precária e sem experiência sufi-

ciente, os processos de privatização de empresas estatais e um fluxo intenso de investimentos privados do oeste que “colonizavam” o leste. Como assinalamos, ocorre uma (des)“economização” simultânea a uma (des)industrialização, à (des)localização de capital, ao (des)emprego, ao (des)povoamento e à (des)urbanização, com encolhimento populacional e suburbanização.

Como lidar com esses processos? De que maneira essas desigualdades territoriais podem converter-se em impulso para gerar um desenvolvimento territorial integral, que inclua variáveis econômicas, sociais e políticas? Essa questão, a depender de como os diferentes agentes sociais públicos e privados a tratam, pode apenas fixar e perpetuar uma sociedade desigual ou, ao contrário, fazer surgir espaços para o novo, para a experimentação. O que percebemos é que tanto a opinião pública como as instituições estatais – universidades, ministérios, administrações regionais e municipais etc. – têm essa problemática como prioridade em sua agenda de trabalho. Pesquisas, relatórios, estatísticas estão sendo produzidos como insumos para o desenvolvimento de políticas de curto, de médio e de longo prazo que permitam mitigar os impactos nas regiões afetadas.

Algumas respostas locais mostram, de forma diferenciada e em escalas diferentes, como se podem conjugar estratégias territoriais e não-territoriais de desenvolvimento, mesmo que nem sempre de maneira exitosa. O fortalecimento do Estado para melhor conduzir o desenvolvimento do espaço urbano-regional tem se mostrado uma opção política com bons resultados, em que se busca priorizar os diversos interesses públicos em detrimento do capital privado. Em Leipzig, por exemplo, a intensidade da suburbanização foi contida a partir do momento em que o poder público municipal toma as rédeas do processo de uso e ocupação do solo, através de uma política de desenvolvimento urbano que prioriza as áreas centrais, dotando-as com melhor infra-estrutura. Na cidade de Weimar, a opinião pública, organizada através de uma iniciativa de cidadãos, contribuiu para o veto, pelo Parlamento local, da proposta de privatização da empresa municipal de habitação *Wohnstätte*, proprietária de mais da metade das habitações urbanas. O valor social dessa empresa pública está no fato de que ela oferece uma boa qualidade de serviços de habitação, que incluem valores de aluguel mais acessíveis e sem comissão, além de manutenção e consertos. Por outro lado, um exemplo oposto é o da cidade de Dresden, que, tendo privatizado sua empresa de habitação, hoje promove a discussão, no Parlamento local, sobre o que fazer com os recursos obtidos.

De qualquer modo, ainda que o capital privado tenha cada vez mais força na realização de seus interesses, o jogo de contrapeso realizado pelo Estado e inclusive pela opinião pública organizada reequilibra a relação de forças na construção das cidades, com o objetivo de preservar os interesses da sociedade. O que também percebemos é que este momento de transição e de crise é uma chance de experimentação, em que espaços livres para o novo e para o diferente podem surgir. Em espécies de enclaves de experimentação são desenvolvidos projetos alternativos, que surgem como ações contra-hegemônicas para enfrentar a perversidade sistêmica do capital (SANTOS, 2005). Em Leipzig (*Spinnerei*), Berlim (*Tacheles*) ou Weimar (*e-werk*), por exemplo, espaços industriais abandonados abrigam movimentos alternativos de arte, cultura e política – mesmo que, muitas vezes, em constante luta e tensão com interesses do capital privado.

A ordem social neoliberal pode ser enfraquecida, o espaço em crise pode ser utilizado e manejado para gerar novas formas de vida, para muito além dos tradicionais paradigmas de crescimento. O fracasso de processos políticos e econômicos tradicionais oferece espaço para novos projetos sociais, sejam estes iniciados pelo Estado ou resultantes de movimentos cidadãos independen-

tes. A comunicação e a co-presença do “outro” podem fazer da cidade o melhor lugar para a efervescência produtora da intersubjetividade, que permite passar-se de uma situação crítica para uma visão crítica.

Referências

BBR – BUNDESAMT

- FÜR BAUWESEN UND RAUMORDNUNG (Org.). *Raumordnungsbericht 2005*. Bonn, 2005. v. 21.
- BELL, David. *El advenimiento de la sociedad posindustrial*. Madrid: Alianza, 1973.
- CAPRA, Fritjof. *Las conexiones ocultas*. Barcelona: Anagrama, 2003.
- CASTEL, Robert. *Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza, 1999. v. 1.
- DALDRUP, Engelbert Lütke. *Stadtplanerische Entwicklung in Leipzig*. In: SÄCHSISCHE AKADEMIE DER KÜNSTE. *Leipzig: Probleme der Stadtentwicklung unter der besonderer Berücksichtigung des EXPO-Standortes Leipzig-Plagwitz*. Dresden, 1999.
- DOEHLER, Marta;
- RINK, Dieter. *Stadtentwicklung in Leipzig: zwischen Verfall und Deindustrialisierung, Sanierung und tertiären Großprojekten*. In: HÄUSSERMANN, Hartmut; NEEF, Rainer (Org.). *Stadtentwicklung in “Ostdeutschland”*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.
- DOHLER-BEHZADI, Marta. *Plus minus Leipzig. Polis: Zeitschrift für Stadt und Baukultur*, Wuppertal, n. 1, p. 5-6, 2004.
- DRUCKER, Peter. *The age of discontinuity: guidelines to our changing society*. New York: Harper & Row, 1969.
- FRANZ, Peter. *Suburbanisierung von Industrie und Dienstleistung*. In: IFL – INSTITUT FÜR LANDESKUNDE (Org.). *Dörfer und Städte*. In: IFL – INSTITUT FÜR LANDESKUNDE (Org.). *Nationalatlas Bundesrepublik Deutschland*. Heidelberg: Spektrum Akademischer Verlag, 2002. v. 5.
- FRIEDRICHS Jürgen.
- Stadtsoziologie*. Opladen: Leske & Budrich, 1995.
- HARVEY, David. *La condición de la posmodernidad: investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Buenos Aires: Amorrortu, 2004.
- HÄUSSERMANN, Hartmut. *Von der Stadt im Sozialismus zur Stadt im Kapitalismus*. In: HÄUSSERMANN, Hartmut; NEEF, Rainer (Org.). *Stadtentwicklung in “Ostdeutschland”*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.
- MATTOS, Carlos de. *De la planificación a la governance: implicancias para la gestión territorial y urbana*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 9-23, jul./dez. 2005.
- OSWALT, Philipp (Org.). *International research*. In: OSWALT, Philipp (Org.). *Shrinking cities*. Ostfildern-Ruit: Hatje Cantz, 2005. v. 1. *Catálogo de exposição*, 19 nov. 2005-22 jan. 2006, Halle-Neustadt, Alemanha.
- PIORE, M.; SABEL, C.
- La segunda ruptura industrial*. Madrid: Alianza, 1990.
- PRIGGE, Walter. *Die europäische Stadt*. Frankfurt: Suhrkamp, 2005.
- SANTOS, Milton. *La naturaleza del espacio: técnica y tiempo, razón y emoción*. Barcelona: Ariel, 2000.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SASSEN, Saskia (Comp.). *Global network, linked cities*. New York: Routledge, 2002.
- SCHORR Martín. *Principales rasgos de la industria Argentina tras una década de ajuste estructural: un análisis del desempeño de las grandes firmas manufactureras durante la década del noventa*. Buenos Aires: IADE, 2000. Disponível em: <<http://www.iade.org.ar/modules/noticias/article.php?storyid=652>>. Acesso em: 09/05/2007.
- SIEVERTS, Thomas.

Zwischestadt: zwischen Ort und Welt, Raum und Zeit, Stadt und Land. Basel: Birkhäuser, 2005.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TOFFLER, Alvin. *Der Zukunftsschock*. München: Goldman, 1983 [©1970].

TOMADONI, Claudia. A propósito de las nociones de espacio y territorio. *Revista Gestion y Ambiente*, Medellín (Colombia), v. 10, n. 1, p. 53-66, 2007.

TOURAINÉ, Alan. *La sociedad post-industrial*. Barcelona: Ariel, 1969.

USBECK, H. Leipzig und seine Region: Prozesse, Probleme und Perspektiven. In: DEUTSCHES INSTITUT

FÜR URBANISTIK (Org.). *Urbanität in Deutschland*. Stuttgart: Deutscher Gemeinerverlag, 1991.

VELTZ, Pierre. *Mundialización, ciudades y territorios*. Barcelona: Ariel, 1999.